

Pesquisa e inovação no setor farmacêutico sob ameaça

» REGINALDO ARCURI
Presidente-executivo do Grupo FarmaBrasil



As empresas nacionais enfrentam instabilidades constantes no que diz respeito às questões jurídicas no país, atrasando investimentos. No setor farmacêutico e farmacológico, não é diferente. Vivemos, e não é de hoje, uma permanente incerteza jurídica. Há três anos, o Supremo Tribunal Federal (STF) estabeleceu que o prazo para a exclusividade de uma patente de medicamento é de 20 anos, independente do período de análise pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Decisão assertiva, tomada para viabilizar a condução célere e eficiente dos processos administrativos, mas que não vem sendo respeitada na sua integralidade.

Desde o julgamento, são várias as ações judiciais que tentam, de alguma forma, inclusive sob a justificativa de atraso pelo INPI, prolongar a exclusividade da patente. Já foram mapeadas 59 ações no Judiciário, sendo três reclamações no Supremo Tribunal Federal (STF). Culpar o instituto para obter vantagens é um caminho que nenhuma empresa, nacional ou estrangeira, deveria seguir. Pelo contrário, nossos esforços devem se concentrar no fortalecimento do órgão, visando o que todos querem: a redução no prazo de análise de novas patentes.

É preciso apoiar, por exemplo, o projeto de lei que veda o contingenciamento dos recursos destinados ao INPI. Essa tem sido nossa batalha, trabalhar pela recomposição do seu orçamento, por entendermos ser a solução mais eficaz para dar robustez ao esforço dos profissionais. Não é só nossa, muitos também apoiam e reconhecem

a importância dessa iniciativa, mas, infelizmente, existem outras frentes que atuam em movimentos contrários.

Exemplo disso são 10 projetos de lei que tramitam no Congresso para alterar a Lei de Propriedade Industrial e que acendem um sinal vermelho para uma conquista já alcançada. Colocando os pingos nos is, o que se pretende é restabelecer o debate sobre o prazo de exclusividade de patentes no Brasil, um confronto à decisão do STF. Não podemos permitir que haja retrocesso. Da forma como o rumo está seguindo no parlamento, estamos prestes a recriar um ambiente de insegurança jurídica às empresas nacionais e prejuízos à saúde pública. E mais, colocar em xeque os investimentos em pesquisa, inovação e desenvolvimento tecnológico.

Uma das iniciativas que avançam é um projeto que permite à empresa solicitar patente efetuar alterações no pedido até o requerimento do exame pelo INPI. Na prática, alguns laboratórios podem usar desse artifício para atrasar a análise pelo INPI e conseguir mais tempo de exclusividade na comercialização do medicamento para além dos 20 anos, comprometendo o sistema de patentes.

O prazo existe justamente para que os inventores possam vender o produto sem concorrência. E somos favoráveis à medida. O que não se pode aceitar são as artimanhas que tentam criar para estender esse tempo, inviabilizando a produção de genéricos e biossimilares e o lançamento no mercado a custos bem mais baixos. Perde o SUS, grande comprador de medicamentos, com o impacto

bilionário no orçamento do Ministério da Saúde, que fica refém de apenas um fornecedor, e perde o próprio consumidor. Se hoje nossa balança comercial tem um déficit de mais de US\$ 10 bilhões em medicamentos e a maior parte disso são de itens que correm o risco de ter extensão de patentes, o perigo de um arrefecimento maior é grande.

O setor é gigante, gera emprego e renda, investe em pesquisa e inovação. Para demonstrar a capacidade de inovação das empresas nacionais, recentemente tivemos pelo menos dois laboratórios, a Hypera e a Althaia, que captaram recursos da linha de inovação do Nova Indústria Brasil (NIB), junto ao BNDES, de mais de R\$ 700 milhões para investimentos. A Biommm também está voltando a produzir insulina, atendendo e disponibilizando o medicamento à população que precisa. É a retomada da produção nacional, na linha com a missão da NIB.

Precisamos permanecer vigilantes, defendendo incansavelmente a continuidade do fortalecimento da política industrial, fundamental para expandir o acesso da população a tratamentos de saúde e com custo menor. Toda e qualquer medida que se mostre efetivamente capaz de contribuir para uma maior estruturação e eficiência da tramitação de patentes deve ser incentivada e apoiada com o objetivo final de se atingir um sistema nacional de propriedade intelectual robusto, equilibrado e eficaz. Contudo, mudanças que pretendem apenas produzir efeitos retrógrados na Lei de Propriedade Industrial traão sérios riscos aos investimentos e avanços tecnológicos no país.

A marca valoriza o produto

» OTÁVIO SANTANA DO RÊGO BARROS
General da reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército

Assisto a um canal sobre viagens, veiculado na TV por assinatura, que tem como foco apresentar hotéis, restaurantes, locais aprazíveis, no Brasil e no mundo. Na última semana, o programa *Restaurantes inesquecíveis* trouxe o Café Lamas, clássico ponto de encontro carioca, com mais de 150 anos de existência, que prega a modernidade, paradoxalmente, pela conservação de suas reminiscências.

Durante a entrevista, o dono afirmou que a empresa defende como valores prioritários a serem perseguidos a manutenção das tradições e a simplicidade das ações. No entanto, também alertou que essa tradição necessita ser buscada no dia a dia, como forma de manter e até fortalecer a imagem da marca.

Aguçou o paladar do ouvinte ao citar como carro-chefe do cardápio o filé à milanesa à francesa, prato com batata palha, presunto, cebola e petit pois, servido em generosas porções. Contou ainda um pouco da biografia da casa. Ela foi criada em 1874, permanecendo em sua sede original até meados da década de 1970. Portanto, foi testemunha do Império à República da evolução do país.

Em 1974, a modernização da cidade do Rio de Janeiro, com a construção da linha do metrô passando no Largo do Machado, exigiu mudança do secular endereço. Por um tempo, seus donos tatearam à procura de instalações e encontraram novo espaço no bairro do Flamengo. Desde então, o Lamas mantém-se como referência gastronômica da Cidade Maravilhosa.

Hoje, com a inclusão massiva da tecnologia, a concorrência de outros restaurantes e o aumento dos deliveries, ele foi forçado a aceitar outras experiências, agregando lanchonete, bar e cafeteria. A visão de futuro dessa empresa poderia ser sintetizada em: o Café Lamas será reconhecido como um restaurante com atendimento cortês, ambiente agradável, cardápio variado, fatura nos pratos e preço justo, despertando ricos sabores nos clientes.

O programa me instigou a falar sobre gestão e comunicação integradas — depreciações em muitas organizações no Brasil, sejam públicas ou privadas —, pois vi, na abordagem direta do proprietário, conexões com o tema que tanto aprecio. Os valores defendidos pelo estabelecimento são compatíveis com a realidade da empresa e se mostraram eficazes na sustentação da marca.

A liderança da organização e seus colaboradores acreditam verdadeiramente nos valores que professam. A reputação do restaurante é convalidada pela clientela, atriz importante na divulgação da qualidade do serviço. Os proprietários compreenderam que a empresa e a sociedade estão sofrendo contínuas transformações, o que exige flexibilidade na gestão para minimizar os impactos dos novos cenários enquanto maximiza as oportunidades.

Mesmo com o título de patrimônio cultural do Rio de Janeiro, que eleva o status de sua marca, eles não dormem sobre os louros da vitória conquistada. Trabalham diuturnamente para se adequar em um ambiente informacional horizontalizado e democrático, no qual, muitas vezes, inexistem intermediários entre restaurante e cliente.

A marca Café Lamas, construída ao longo de anos, pode ser inspiradora para outras organizações e revela que não precisa ser grande empresa ou instituição do poderoso Estado para lidar adequadamente com a gestão e com a comunicação de um negócio.

Se a empresa é um órgão de governo, por exemplo, ao oferecer bons produtos nas áreas da saúde, educação, segurança, defesa, transporte etc., o beneficiado, além da população, será o próprio governo pelo enobrecimento de sua marca. Se a empresa é um restaurante, como o exemplo trazido, variedade de pratos, saborosos, fartos e a preço justos trarão como favorecido, além do cliente, a própria empresa pelo fortalecimento de sua marca.

Você entra em uma loja da Apple para comprar um iPhone de última geração pelas inovações que o novo lançamento traz ou por que, de antemão, confia nos produtos da marca? A marca bem construída subordina e valoriza o próprio produto e precisa, portanto, ser administrada como bem maior da organização, seu centro de gravidade.

Se a credibilidade for depreciada por má gestão, aos poucos, a empresa perderá mercado. Tratar bem a marca, seja pública ou privada, é a grande lição a ser absorvida da romântica história do Café Lamas.

Maião Negro: a abolição da escravatura e a falta de motivos para comemorar

» JULIANA KAISER
Professora, fundadora da Trilhas de Impacto e trabalha pela diversidade na prática

Neste ano, celebramos 136 anos de um movimento importante para a história dos negros no Brasil. Oficializada em 13 de maio de 1888, por meio da Lei Áurea, a abolição da escravatura trouxe avanço à exploração de nossos ancestrais, vítimas de um regime supremacista, dominado por brancos no período do império. E, quando analisamos esse movimento tão importante para a representatividade negra, nos deparamos com uma série de preconceitos arraigados que emergem a cada esquina, como marcas e reflexos de tempos dolorosos.

A data promove em nós, que pagamos todos os dias um preço por carregar esse DNA, verdadeira reflexão sobre as marcas deixadas por esse modelo, fazendo com que nos questionemos sobre qual é, de fato, o legado deixado por nossos antepassados e a falta de motivos para comemorar a data. Isso se justifica pelos inúmeros casos de racismo, de falas que inferiorizam nossa existência e espaços que perpetuam as atitudes supremacistas, que põem os negros num papel de subserviência, enquanto brancos figuram como grandes líderes, donos de impérios e reproduzem a sociedade que nos submeteu a um regime patriarcal, sem direitos e limitado ao sofrimento.

Com o passar dos anos, abrimos os nossos olhos para reparar e questionar uma série de injustiças históricas que perpetuam a desigualdade

existente, todos os dias, na vivência dos negros em todo o Brasil. Quem vive principalmente em áreas periféricas, sem acesso a direitos, educação de qualidade e informação, é quem mais sofre com os atos, que em boa parte dos casos colocam um velado e sonoro “cale-se” em nossas bocas.

Refletir sobre as marcas da escravidão que permanecem nos dias atuais é uma missão intrínseca às pessoas negras. A visão branca diz que o movimento de dar fim ao regime escravocrata deveria ser um motivo de celebração, reduzindo as nossas dores, as brutalidades na prática e a falta de humanidade. Entretanto, com mais de um século deste movimento, percebemos que falta a inclusão social, a reparação dos danos e um movimento avesso à marginalização, na luta contra a discriminação e violência contra a população negra. O que deveria ser avanço ainda persiste em perpetuar o retrocesso, como se voltássemos diariamente a ser laçados pelos senhores de engenho, que tentam ser os donos de nossos corpos, atos, passos, olhares e falas.

Vale destacar que a abolição não foi um ato de benevolência dos brancos e da elite, que insiste em reverberar esse mito como um gesto bondoso. Havia uma necessidade de configurar rapidamente um mercado consumidor, e o trabalho não remunerado não contribuía para isso. Esse sistema, além de incoerente e desrespeitoso, não contemplou um processo que buscasse

reparação dos danos, igualdade, justiça e oportunidades de fato. Com a abolição, o Estado ausentou-se e não foram criadas Políticas Públicas para a população liberta.

Ainda hoje, os negros lutam pela melhoria dos salários, pela redução da pobreza, qualidade no acesso à educação e saúde, sem contar a justiça social, a busca pela cidadania e representatividade em amplos nichos, inclusive em suas carreiras, que são os que permitem a eles — ou deveriam permitir — prosperar.

É urgente que o mundo repense a verdadeira importância dessa data, que merece e exige um confronto direto com a realidade do passado e suas consequências no presente, provocando a reflexão sobre a luta pela igualdade e o reconhecimento das injustiças. Só assim podemos provocar mudanças diante das injustiças e modificar as estruturas sociais, culturais e bater de frente contra o racismo e a discriminação. Ainda há uma longa jornada de reparação histórica dos danos causados pela ausência do Estado por mais de 300 anos.

O movimento precisa sair do discurso e ir para a prática com um comprometimento real: que tal transformar esse Maio Negro e agir buscando por políticas públicas, por discussões que construam um novo mundo e que possam nos dar chances reais de sermos iguais a todos os outros que vivem em um mundo tão diverso, mas, ao mesmo tempo, tão limitado?